



<b>Processo nº</b>	10937.720013/2011-52
<b>Recurso</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>2402-012.603 – 2ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	8 de março de 2024
<b>Embargante</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	VILIBALDO MORCH

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Exercício: 2009

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. ACOLHIMENTO. EFEITOS INFRINGENTES. INTEGRAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA.

Caracterizada as omissão e contradição apontadas nos embargos de declaração, impõe-se o seu acolhimento, sem efeitos infringentes, integrando-os à decisão embargada, para saneamento dos vícios verificados

RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE (RRA). TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA. APURAÇÃO. REGIME DE COMPETÊNCIA. STF. RE Nº 614.406/RS. REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO VINCULANTE.

O IRPF incidente sobre RRA deverá ser calculado pelo “regime de competência”, utilizando-se as tabelas e alíquotas vigentes nas datas de ocorrência dos respectivos fatos geradores, e não no “regime de caixa”, baseado no montante recebido pelo contribuinte.

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DIRPF. APRESENTAÇÃO. NÃO OBRIGATORIEDADE. ENTREGA INTEMPESTIVA. INEXISTÊNCIA. PENALIDADE. INAPLICÁVEL.

O contribuinte que descumprir a obrigação de apresentar DIRPF tempestiva sujeita-se à penalidade de 1% (um por cento) ao mês ou fração, limitada a 20% (vinte por cento), incidente sobre o imposto de renda devido, ainda que integralmente pago, respeitada a multa mínima de R\$165,74. Contudo, não há se falar em DIRPF entregue intempestivamente, quando o contribuinte não a estava obrigado a entregar.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acórdão os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração opostos, sem efeitos infringentes, integrando-os à decisão recorrida para, saneando as omissão e contradição neles apontada, fundamentar o provimento dado por meio do voto vencedor.

(documento assinado digitalmente)  
Francisco Ibiapino Luz - Presidente e Redator *Ad Hoc*

Participaram do presente julgamento os conselheiros(a): Rodrigo Duarte Firmino, Francisco Ibiapino Luz (Presidente), Gregório Rechmann Junior e Rodrigo Rigo Pinheiro. Ausente a Conselheira Ana Cláudia Borges de Oliveira.

## Relatório

Trata-se de embargos declaratórios opostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em face do Acórdão nº 2402-010.989, proferido, na sessão plenária de 8 de dezembro de 2022, pela 2<sup>a</sup> Turma Ordinária da 4<sup>a</sup> Câmara da 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento deste Conselho, cuja ementa e dispositivo transcrevemos (processo digital, fls. 98 a 105):

Ementa:

### **ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Exercício: 2009

RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE (RRA). TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA. APURAÇÃO. REGIME DE COMPETÊNCIA. STF. RE Nº 614.406/RS. REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO VINCULANTE.

O IRPF incidente sobre RRA deverá ser calculado pelo “regime de competência”, utilizando-se as tabelas e alíquotas vigentes nas datas de ocorrência dos respectivos fatos geradores, e não no “regime de caixa”, baseado no montante recebido pelo contribuinte.

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DIRPF. ENTREGA INTEMPESTIVA. DESCUMPRIMENTO. PENALIDADE. SÚMULA CARF. ENUNCIADO N° 69. APlicável.

O contribuinte que descumprir a obrigação de apresentar DIRPF tempestiva sujeita-se à penalidade de 1% (um por cento) ao mês ou fração, limitada a 20% (vinte por cento), incidente sobre o imposto de renda devido, ainda que integralmente pago, respeitada a multa mínima de R\$165,74.

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DIRPF. ENTREGA INTEMPESTIVA. PENALIDADE. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. ADMISSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA CARF. ENUNCIADO N° 49. APlicável.

O benefício da denúncia espontânea não contempla a penalidade por descumprimento de obrigação acessória autônoma, caracterizada pelo ato puramente formal de entrega da DIRPF a destempo, eis que referida apresentação ocorre posteriormente à consumação da infração.

Dispositivo:

Acordam os membros do colegiado, por determinação do art. 19-E da Lei nº 10.522/2002, acrescido pelo art. 28 da Lei nº 13.988/2020, em face do empate no julgamento, dar provimento ao recurso voluntário interposto. Vencidos os conselheiros José Márcio Bittes, Francisco Ibiapino Luz (relator) e Rodrigo Duarte Firmino, que deram-lhe provimento em menor extensão, para que reporta multa seja recalculada proporcionalmente à redução da respectiva base de cálculo, aí se considerando o regime de competência (RRA). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Vinícius Mauro Trevisan.

**Embargos de declaração**

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) entendeu que o r. acórdão apresenta omissão, obscuridade e contradição, consoante se vê no excerto do Despacho de Admissibilidade, que ora transcrevemos (processo digital, fl. 113):

**Dos vícios alegados**

A PGFN expõe as razões recursais nos seguintes termos:

O r. acórdão embargado ostenta o seguinte dispositivo:

*"Acordam os membros do colegiado, por determinação do art. 19-E da Lei nº 10.522/2002, acrescido pelo art. 28 da Lei nº 13.988/2020, em face do empate no julgamento, dar provimento ao recurso voluntário interposto. Vencidos os conselheiros José Márcio Bittes, Francisco Ibiapino Luz (relator) e Rodrigo Duarte Firmino, que deram-lhe provimento em menor extensão, para que reporta multa seja recalculada proporcionalmente à redução da respectiva base de cálculo, aí se considerando o regime de competência (RRA). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Vinícius Mauro Trevisan." (grifo nosso)*

Ocorre, contudo, que o referido voto vencedor, proferido pelo Eminent Conselheiro Vinícius Mauro Trevisan, não possui dispositivo ou fundamentação acerca da aludida multa.

Há, nesse sentido, evidente obscuridade, omissão e contradição entre o dispositivo do acórdão embargado e a fundamentação do aludido voto vencedor, no que se refere à multa, merecendo esclarecimento desta Eg. Turma, a fim de evitar possíveis problemas na execução do julgado, e também para fins de prequestionamento.

(Grifo no original)

Nesse pressuposto, referido despacho foi recebido, analisado e parcialmente admitido, consoante trechos extraídos do seu exame de admissibilidade que passamos a transcrever (processo digital, fl. 114):

Da leitura dos autos, entende-se assistir razão à Embargante.

De fato, na fundamentação do voto vencedor não houve manifestação quanto à incidência da multa por atraso na entrega da declaração, objeto do presente lançamento.

Nesta senda, é cediço que o ideário do direito processual pátrio enfatiza a necessidade de fundamentação das decisões (arts. 371 e 489 do CPC), inclusive para resguardar o contraditório e a ampla defesa às partes e para que não se profira decisões com preterição ao direito de defesa. Nesse sentido, uma vez que pertinente ao tema, cita-se o escólio de Fredie Didier Jr1:

Primeiramente, fala-se numa função endoprocessual, segundo a qual a fundamentação permite que as partes, conhecendo as razões que formaram o convencimento do magistrado, possam saber se foi feita uma análise apurada da causa, a fim de controlar a decisão por meio dos recursos cabíveis, bem como para que os juízes de hierarquia superior tenham subsídios para reformar ou manter essa decisão.

Com efeito, mostra-se relevante a manifestação deste colegiado acerca dos argumentos que respaldaram o lançamento, a fim de possibilitar o devido exercício do direito de defesa da União (Fazenda Nacional).

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Francisco Ibiapino Luz, relator.

### Admissibilidade

Ditos embargos foram admitidos e deles tomo conhecimento, já que atendidos os pressupostos de admissibilidade previstos no § 1º do art. 65, inciso V, combinado com o art. 66, ambos do Anexo II do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015.

### Omissão e contradição verificadas

Na forma vista no relatório, o redator do voto vencedor nada manifesta acerca da multa por atraso na entrega da declaração, matéria objeto da autuação, restando caracterizadas as omissão e contradição admitidas. Logo, mostra-se relevante a manifestação deste colegiado acerca dos argumentos que respaldaram referida decisão.

### Multa por atraso na entrega da DIRPF

Consoante se podevê, no vídeo disponível no canal do CARF na internet (endereço: <https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg>), o voto divergente, condutor da decisão embargada, fundamenta-se em duas premissas, quais sejam: (i) divergência entre os anos-base dos respectivos rendimentos e aquele da DIRPF entregue a destempo; e (ii) erro no “imposto devido” apurado.

Na primeira linha de entendimento, o voto condutor da manifestada decisão enfatiza que a autuação se refere a multa por atraso na entrega da Declaração (DIRPF) referente ao ano-base de 2008, mas o suposto “imposto devido”, refere-se a períodos-base anteriores. Isso, em suas palavras, foi reflexo da indevida base de cálculo apurada, vez que deveria ter sido calculada pelo “regime de competência”, utilizando-se as tabelas e alíquotas vigentes nas datas de ocorrência dos respectivos fatos geradores, e não no “regime de caixa”, baseado no montante recebido pelo contribuinte.

Na outra vertente, acrescenta, subsidiariamente, que o “imposto devido” supostamente apurado em procedimento fiscal não pode servir de base para o cálculo da referida penalidade, pois, segundo informa, a isso se presta, exclusivamente, o montante apurado e declarado pelo próprio contribuinte.

### Conclusão

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração opostos, sem efeitos infringentes, integrando-os à decisão recorrida para, saneando as omissão e contradição neles apontada, fundamentar o provimento dado por meio do voto vencedor.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Francisco Ibiapino Luz